



Resenha do artigo intitulado “A evolução do Direito Penal brasileiro relacionado aos crimes cibernéticos.”¹

Review of the article entitled: “The evolution of Brazilian criminal law related to cyber crimes.”

 ARK: 44123/multi.v5i10.1258

Recebido: 03/07/2024 | Aceito: 18/09/2024 | Publicado *on-line*: 08/10/2024

Alice de Souza Gama²

 <https://orcid.org/0009-0006-8024-6810>

 <http://lattes.cnpq.br/5699732083727484>

UniProcessus – Centro Universitário Processus, DF, Brasil

E-mail: alicegama2234@gmail.com

Resumo

Esta é uma resenha do artigo intitulado “A evolução do Direito Penal brasileiro relacionada aos crimes cibernéticos”. Este artigo é de autoria de: Camila Cristina Gonzaga de Freitas; Jonas Rodrigo Gonçalves; e Mateus Guimarães Torres. O artigo aqui resenhado foi publicado no periódico “Revista JRG de Estudos Acadêmicos”, no Vol.6, edição n.12, jan.-jul., 2023.

Palavras-chave: Anônimo. Direito Penal. Crimes Cibernéticos. Tecnologia. Velocidade.

Abstract

This is a review of the article entitled “The evolution of Brazilian criminal law related to cyber crimes”. This article is authored by: Camila Cristina Gonzaga de Freitas; Jonas Rodrigo Gonçalves; Matthew Guimaraes Torres. The article reviewed here was published in the journal “Revista JRG de Estudos Acadêmicos”, in vol. 6, issue no. 12, Jan.-Jul, 2023.

Keywords: Anonymous. Criminal Law. Cyber Crimes. Technology. Speed.

Resenha

Esta resenha trata do artigo intitulado “A evolução do Direito Penal brasileiro relacionada aos crimes cibernéticos”, de autoria de Camila Cristina Gonzaga de Freitas, Jonas Rodrigo Gonçalves e Mateus Guimarães Torres. O artigo foi publicado na “Revista JRG de Estudos Acadêmicos”, volume 6, edição número 12, referente ao período de janeiro a julho de 2023.

¹ Resenha de aproveitamento da disciplina TC (Trabalho de Curso), do curso *Bacharelado em Direito*, do Centro Universitário Processus – UniProcessus, sob a orientação dos professores *Jonas Rodrigo Gonçalves* e *Danilo da Costa*. A revisão linguística foi realizada por *Roberta dos Anjos Matos Resende*.

² Graduanda em Direito pelo Centro Universitário Processus – UniProcessus.

Vamos conhecer um pouco sobre o currículo de cada autor deste artigo. A formação e a experiência de um autor são fundamentais para a reflexão temática dos assuntos que ele aborda. Portanto, vamos explorar o perfil de cada um dos autores.

A primeira autora deste artigo é Camila Cristina Gonzaga de Freitas. Graduada em Direito. Currículo *Lattes* disponível no *link*: <http://lattes.cnpq.br/8179035153258645>, e Identidade Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2202-3695>.

O segundo autor é Jonas Rodrigo Gonçalves. Doutor em Psicologia; Mestre em Direitos Humanos (Ciência Política e Políticas Públicas); licenciado em Filosofia, em Sociologia e em Letras (Português e Inglês); Especialista em Direito Constitucional e Processo Constitucional, em Direito Administrativo, em Direito do Trabalho e Processo Trabalhista, entre outras especializações em Educação e Letras. Currículo *Lattes* disponível: <http://lattes.cnpq.br/6904924103696696>, e Identidade Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4106-8071>.

O terceiro autor é Mateus Guimarães Torres. Graduado em Direito; Especialista em Direito Tributário. Currículo *Lattes*: <http://lattes.cnpq.br/5886682363154988>, e Identidade Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4959-2858>.

Este artigo é dividido nos seguintes capítulos: Resumo, Palavras-chave, *Abstract*, *Keywords*, Introdução, Desenvolvimento, Considerações finais, e Referências.

A Era Digital trouxe avanços tecnológicos como microprocessadores, redes computacionais e fibra óptica, que impulsionaram a sociedade para uma nova fase de informações e interações. No entanto, essas inovações também trouxeram problemas, como os crimes cibernéticos, que exigem proteção legal específica. O anonimato na internet dificulta a identificação dos criminosos e compromete a segurança dos usuários. Além disso, a Era Digital causou impactos negativos, como a propagação de desinformação e o vício em redes sociais. Assim, é necessário que a sociedade e o sistema jurídico se adaptem e encontrem soluções eficazes para garantir a segurança e a proteção dos indivíduos nesse novo contexto tecnológico.

O tema do artigo é "A evolução do Direito Penal brasileiro relacionado aos crimes cibernéticos". Discutiu "A necessidade de acompanhar o avanço tecnológico e as novas formas de crime na era digital, buscando uma proteção legal adequada". O artigo partiu da seguinte hipótese: "O Direito Penal brasileiro tem passado por transformações e adaptações para lidar com os crimes cibernéticos, visando garantir a segurança e a proteção dos indivíduos nesse ambiente digital".

Neste artigo, o objetivo geral foi analisar e discutir a evolução do sistema jurídico brasileiro em relação aos crimes cibernéticos. Os objetivos específicos foram: investigar a legislação brasileira existente relacionada aos crimes cibernéticos, analisando as leis, regulamentações e normas pertinentes; avaliar a eficácia das medidas legais adotadas até o momento no combate a esses crimes, identificando os pontos fortes e as lacunas existentes; examinar os desafios específicos enfrentados pelo sistema jurídico brasileiro no enfrentamento dos crimes cibernéticos, como o anonimato *on-line* e a jurisdição transnacional; analisar as tendências e os desenvolvimentos recentes no Direito Penal brasileiro relacionados aos crimes cibernéticos, considerando novas abordagens e propostas de legislação; propor recomendações e sugestões para

aprimorar o quadro jurídico brasileiro no que diz respeito aos crimes cibernéticos, visando fortalecer a proteção dos indivíduos e combater a impunidade nesse contexto; e conscientizar sobre a importância da atualização constante da legislação penal brasileira para acompanhar o avanço tecnológico e os desafios emergentes no ambiente digital.

A temática da pesquisa foi justificada da seguinte maneira: a justificativa profissional, científica e social para o estudo da evolução do Direito Penal brasileiro relacionado aos crimes cibernéticos reside na necessidade de atualização dos profissionais do Direito, na contribuição para o conhecimento científico e na compreensão dos impactos sociais causados por esses crimes. Este estudo é relevante para garantir a segurança e a privacidade dos indivíduos, além de promover a confiança no uso da tecnologia.

A metodologia utilizada para a construção da pesquisa analisada no artigo envolveu uma pesquisa bibliográfica e documental para coletar informações sobre as leis, casos e jurisprudências relevantes. Esses materiais foram analisados criticamente para identificar tendências, desafios e lacunas no sistema jurídico brasileiro. Além disso, pode ter sido utilizada uma abordagem comparativa com outros sistemas jurídicos. A rigidez e a confiabilidade da metodologia foram fundamentais para fornecer conclusões sólidas e contribuir para o conhecimento nessa área.

O avanço tecnológico na Era da Informação impulsionou a evolução da comunicação e também originou os crimes cibernéticos. Essas condutas criminosas são realizadas utilizando computadores, *internet* e caixas eletrônicas, e suas consequências ultrapassam o âmbito virtual. No Brasil, os crimes cibernéticos têm se tornado motivo de preocupação pela lucratividade envolvida e crescente sofisticação das quadrilhas em contornar as medidas de segurança.

Existem dois tipos principais de crimes cibernéticos: aqueles que podem ser cometidos com ou sem o uso de tecnologia da informação, e aqueles que dependem exclusivamente do meio informático para serem considerados crimes. Com a facilidade tecnológica, os criminosos encontram maneiras de explorar a sociedade, causando prejuízos à pessoas inocentes. Embora muitos possam ter a ilusão de que a *internet* é um espaço sem restrições, é fundamental que a legislação penal tipifique as condutas e proteja os usuários.

O Direito Penal enfrenta o desafio de lidar com as novas práticas delitivas decorrentes da Era Digital, uma vez que essas condutas são extremamente prejudiciais e merecem atenção. Os criminosos utilizam uma variedade de técnicas para enganar suas vítimas, oferecendo recursos e manipulando-as para obter informações pessoais. O fácil acesso à *internet* permitiu que materiais criminosos, incluindo tutoriais que ensinam técnicas ilegais, fiquem disponíveis para qualquer pessoa. É importante fazer a distinção entre *hackers* e *crackers*, uma vez que os *hackers* utilizam seu conhecimento avançado em computadores e redes para ajudar outras pessoas, enquanto os *crackers* utilizam suas habilidades para práticas criminosas e desrespeitosas.

A polícia enfrenta desafios significativos na luta contra os crimes cibernéticos, pois os criminosos estão cada vez mais preparados para cometer delitos na *internet*. A facilidade de falsificar identidades e a mobilidade dos infratores dificultam as investigações. É essencial que os policiais estejam habilitados e preparados para lidar com essas situações, além de contar com ferramentas táticas para identificar os cibercriminosos. Durante as investigações

de crimes cibernéticos, a localização dos dispositivos utilizados é um requisito importante para identificar os criminosos.

A coleta de informações e detalhes fornecidos pelas vítimas é crucial para estabelecer conexões entre os eventos ocorridos no ambiente virtual. É essencial preservar todas as provas do crime e encaminhá-las para as autoridades policiais.

Os órgãos responsáveis elaboraram relatórios contendo todas as provas coletadas e solicitaram a colaboração dos provedores de conexão para obter dados que auxiliem nas investigações, sempre seguindo a autorização judicial para a quebra de sigilo de dados e acesso a algumas informações.

É crucial destacar a distinção entre *hackers* e *crackers*: os *hackers* utilizam seus conhecimentos em computadores e redes para auxiliar outros, enquanto os *crackers* empregam suas habilidades em atividades criminosas. A resenha ressalta os desafios enfrentados pela polícia na investigação e combate aos crimes cibernéticos, devido à facilidade de falsificação de identidades e à mobilidade dos criminosos. Também enfatiza a importância da conscientização da sociedade sobre os perigos da *internet* e a necessidade de investimento em políticas informativas e medidas de proteção.

Além disso, é relevante destacar a evolução da legislação brasileira para lidar com os crimes cibernéticos, como evidenciado pela Lei n.º 14.155/2021 (BRASIL, 2021), que estabeleceu penas mais severas para esses delitos. A resenha conclui que o sistema jurídico brasileiro está constantemente evoluindo para enfrentar os desafios dos crimes cibernéticos, buscando preencher lacunas e proteger os usuários.

Referências

BRASIL. **Lei n. 14.155**, de 27 de maio de 2021. Altera o Decreto-Lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940, que torna mais grave os crimes de violação de dispositivo informático, furto e estelionato cometidos de forma eletrônica ou pela internet; e o Decreto-Lei n.º 3.689, de 3 de outubro de 1941, que define a competência em modalidades de estelionato. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14155.htm>. Acesso em: 10 de abril. 2024.

FREITAS, Camila Cristina Gonzaga; GONÇALVES, Jonas Rodrigo; TORRES, Mateus Guimarães. A evolução do direito penal brasileiro relacionado aos crimes cibernéticos. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. VI, n. 12, jan.-jul., 2023. Disponível em: <<https://n2t.net/ark:/57118/JRG.v6i12.520>>. Acesso em: 15 de maio. 2024.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como elaborar uma resenha de um artigo acadêmico ou científico. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 3, n. 7, p. 95–107, 2020. DOI: 10.5281/zenodo.3969652. Disponível em: <<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/41>>. Acesso em: 15 de maio. 2024.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como escrever um artigo de revisão de literatura. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 2, n. 5, p. 29–55,

2019. DOI: 10.5281/zenodo.4319105. Disponível em:
<<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/122>>.
Acesso em: 15 de maio. 2024.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como fazer um projeto de pesquisa de um artigo de revisão de literatura. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 2, n. 5, p. 01–28, 2019. DOI: 10.5281/zenodo.4319102. Disponível em:
<<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/121>>.
Acesso em: 18 de maio. 2024.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Escolha do tema de trabalho de curso na graduação em Direito. **Revista Coleta Científica**. Vol. 5, n. 9, p. 88–118, 2021. DOI: 10.5281/zenodo.5150811. Disponível em:
<<http://portalcoleta.com.br/index.php/rcc/article/view/58>>.
Acesso em: 18 de maio. 2024.